

PARENTESCO APINAJÉ: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DOS CASAMENTOS MISTOS

Alexandre Conde¹

RESUMO: Partindo do pressuposto em que a cultura Apinajé é uma cultura fortalecida pelos laços de parentesco, um casamento Apinajé tem muito a contribuir para o enriquecimento da memória cultural. Sendo assim, por meio de alguns antropólogos, tais como DaMatta e Curt Nimuendajú, que se debruçaram em apresentar uma etnografia e uma análise cultural bem elaborada, mostrando o sistema estrutural da organização social do povo Apinajé, e como isso influencia na vida prática do dia a dia da sociedade, abordo, nesse material, dinâmicas das relações matrimoniais entre o povo Apinajé no que tange ao trato da alteridade não-indígena na sociedade nativa. No primeiro momento, apresento um breve histórico do povo Apinajé, seguido de um relato da minha experiência com essa sociedade. Em seguida, analiso a identidade do povo Apinajé baseada em seus mitos de origem e criação, conforme abordado pelos antropólogos acima citados e pelos dados, observações e narrativas obtidas por meio de uma pesquisa realizada em campo que discute as transformações na comunidade a partir da constatação do aumento relevante de casamentos mistos nessa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade; Apinajé; Casamento misto; Mitologia indígena.

DIALOGUES BETWEEN KNOWLEDGE AND SCIENCE TEACHING BASED ON THE EXPERIENCES OF BOATMEN IN THE SURROUNDINGS OF THE ACARÁ RIVER

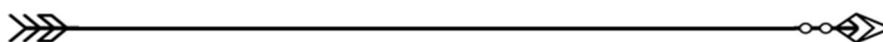
ABSTRACT: Based on the assumption that the Apinajé culture is a culture strengthened by kinship ties, an Apinajé wedding has a lot to contribute to the enrichment of cultural memory. Therefore, through some anthropologists such as Da Matta and Curt Nimuendajú, who worked to present a well-developed ethnography and cultural analysis, showing the structural system of the social organization of the Apinajé people, and how it influences the practical life of the day to day. society day, I address, in this material, the dynamics of matrimonial relations between the Apinajé people with regard to the treatment of non-indigenous otherness in native society. At first, I present a brief history of the Apinajé people, followed by an account of my experience with that society. Then, I analyze the identity of the Apinajé people based on their myths of origin and creation, as approached by the anthropologists mentioned above and by the data, observations and narratives obtained through a field research that discusses the transformations in the community from the observation the relevant increase in mixed marriages in this society.

KEYWORDS: Alterity; Apinajé; Mixed marriage; Indigenous mythology.

INTRODUÇÃO

Os Apinajé são um grupo indígena que vive no atual Estado do Tocantins. Somam aproximadamente 3000 pessoas, divididas em 54 aldeias na Terra Indígena Apinajé.

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: katamhti@hotmail.com



A proximidade com a sociedade nacional, dentre outros fatores, possibilitou o surgimento de casais mistos², isto é, indígenas Apinajé e seus cônjuges regionais não-indígenas que passam a morar nas aldeias com eles.

Neste trabalho, abordo o modo como a alteridade pode ser incluída na sociedade Apinajé por meio do sistema de casamento tradicional. Para tanto, é preciso entender antes os conceitos de Katàm (membros relacionados ao Sol) e Wanhmẽ (membros relacionados à Lua) que surgem a partir dos mitos relacionados ao Sol (Myyti) e à Lua (Mytwryre), representações das duas forças cosmológicas fundadoras da existência desta sociedade. Sendo assim, o casamento Apinajé é um rito de grande relevância social, pois traz consigo a memória de sua existência, bem como a natureza de seus nomes, o que fortalece o significado de toda estrutura de origem desta sociedade.

De fato, para os Apinajé, o Sol e a Lua são as duas entidades colaboradoras que criaram o universo e a humanidade, quando resolveram descer à terra, que estava imersa no caos. Entretanto, os Apinajé sempre se referem ao Sol como o principal elemento nesta empreita. Foi ele quem teve a iniciativa de vir à terra, e é ele quem, geralmente, tem a primazia nas ações do mito que relata a criação do universo.

Neste cenário, a existência de casamentos mistos na sociedade Apinajé, deveria trazer um desconforto, principalmente para os mais velhos da sociedade, pelo fato de, aparentemente, fugir do modelo de união entre as metades Sol e Lua, que tem como função o realinhamento nas relações sociais em termos de princípios, e assim levar orientações para seus membros dentro desse universo das dimensões étnicas e coletivas do grupo.

Quando se altera essa relação por meio de um casamento misto, percebe-se uma sutil alteração da relação entre criatura e criador, um deslocamento da estrutura de parentesco dentro dessa sociedade e uma visível transformação da fisionomia tipicamente Apinajé.

² Opto pela expressão casamento misto para mencionar o casamento entre indígenas e não-indígenas. Apesar do seu sentido amplo, consider mais adequado o uso do adjetivo misto do que outros equivalentes já utilizado na literatura etnológica.



Como consequência disso, os mais velhos dizem que os filhos e filhas de indígenas Apinajé casadas com não-indígenas, desconhecem suas histórias, não conseguem relatar a fonte de sua origem, possuem traços ocidentais marcantes que diferem muito da fisionomia “pura Apinajé”, e que estão mais propensos a saírem desse universo cosmológico tradicional Apinajé e se aventurar no mundo exterior, divergente de seus valores tradicionais.

Portanto, partindo desta aparente contraposição entre a preocupação dos velhos com o aumento de casamentos mistos, por um lado, e o ponto de vista das casadas com não índios por outro lado, esta pesquisa buscou verificar o modo como o casamento misto proporciona transformações sociais e até biológicas na sociedade Apinajé, não sendo também necessariamente estranha à mitologia nativa, a inserção da alteridade exatamente por meio de casamento misto, como se verifica no mito da estrela que se tornou uma mulher e casou-se com um viúvo Apinajé.

Minha relação de vivência com o povo Apinajé está alicerçada em meus 21 anos de moradia e convívio com esse povo, experiência que me oportunizou a compreensão de seu idioma e a participação em muitos eventos culturais. Desta forma, a pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica por autores que já abordaram os dois mitos mencionados e, a partir de observações de campo e entrevistas abertas, o tema do casamento misto foi abordado como inclusivo da alteridade, passando o aparente atrito a ser visto como transformações com as quais a “abertura ao outro”, já observada em sociedades indígenas, indianiza o outro ao invés de tornar-se excludente.

Este trabalho inicia-se com a apresentação dos atores e dados da pesquisa, informando acerca dos Apinajé e da relação com o autor, e, em seguida, feita a análise com base em dados e observações de campo, mitos e narrativas, serão abordados temas como identidade e tradição em relação às transformações oportunizadas pelos casamentos mistos, que passaram a acontecer e aumentar nas últimas décadas.

OS ATORES E OS DADOS DA PESQUISA

Breve histórico dos Apinajé

Os Apinajé estão localizados no extremo norte do Estado de Tocantins e são reconhecidos pelos mais antigos como “o povo das águas”, por usarem frequentemente, no



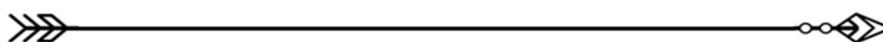
passado, o rio Tocantins como meio de locomoção para outras regiões. Na atualidade, o povo Apinajé possui uma população estimada em cerca de 3000 indígenas, divididos em 54 aldeias, sendo que duas delas são consideradas aldeias-mães, que são: Aldeia Mariazinha e Aldeia São José. Os Apinajé são falantes da língua materna e mantêm ativa na memória a cultura tradicional.

Os Apinajé estão classificados como Timbiras Ocidentais e caracterizam-se por uma sofisticada organização social composta por sistemas de metades cerimoniais e aldeias relativamente populosas. Com base no histórico do povo Apinajé feito pelo Instituto Socioambiental em seu site, na segunda metade do século XX os Apinajé sofreram uma grande depopulação e desestruturação social quando seu território foi invadido por centenas de famílias de migrantes e tiveram suas terras cortadas por estradas como a Belém-Brasília e a Transamazônica. O traçado desta estrada (a Transamazônica) influenciou a exclusão de uma parcela de seu território tradicional na demarcação oficial de sua terra, parcela esta que eles têm buscado recuperar.

Com a sociedade urbana nas terras tocantinenses em 1797, mais especificamente na atual Tocantinópolis, a sociedade indígena Apinajé começou a compartilhar terras com os não indígenas, e assim os dois universos começaram a se influenciar mutuamente, embora de forma assimétrica, resultando em atualizações na estrutura social do povo Apinajé.

Por volta de 1944, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) instalou na aldeia São José um posto de assistência como forma de mediar estes conflitos. Sem dúvida, a criação do posto do SPI auxiliou na recuperação demográfica do grupo, já iniciada na década de 1930. Apesar de não conseguir evitar novas invasões e nem buscar alternativas judiciais, o SPI institucionalizou a prática do “arrendamento” para os regionais, que já somavam 3/4 “habitando em terra alheia”. Porém, no final dos anos de 1950, estes arrendamentos deixaram de ser cobrados, e muitos dos antigos posseiros acabaram por “vender” suas posses a terceiros.

Entre 1975 e 1982 foram instituídos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vários Grupos Técnicos (GT) para delimitação da área Apinajé, tendo sido iniciado em 1979 o processo de demarcação física da área, que teve de ser suspenso por imposição dos



índios que discordavam dos limites que lhes estavam sendo impostos, na medida em que não incorporavam a faixa de terras do ribeirão Gameleira e Mumbuca.

Assim, os Apinajé tiveram parte de suas terras reconhecidas pelo Estado brasileiro em fevereiro de 1985, após terem interrompido o tráfego da Transamazônica e terem iniciado “por conta própria”, com o apoio de guerreiros Krahô, Xerente, Xavante e alguns Kayapó, a demarcação de seu território. Durante esse tumultuado processo de delimitação e demarcação da área Apinajé, o órgão então responsável pelo reconhecimento das áreas indígenas acabou por decretar uma área de 142.000 hectares, deixando em aberto a proposta de incorporar, futuramente, as áreas situadas nos ribeirões Gameleira e Mumbuca.

Figura 2 – Acima, a área Apinajé já demarcada; abaixo, a área da reivindicação atual.



Fonte: Maps FIRMS NASA (2020)

O povo Apinajé tem sua estrutura fortalecida na forma tradicional de ser, trazendo consigo heranças da religiosidade nativa e elementos passados de geração a geração, a fim de unir o homem através das normas de conduta, das regras de convivência, das heranças de agrupamento que determinam como se organizam, como constroem suas casas, aldeias, e ainda, como determinam a questão da familiaridade e do parentesco.



Com relação às práticas culturais, todo o seu universo está relacionado com a sua cosmologia tradicional com a presença e atuação de seres míticos, tais como: espíritos dos antigos, seres a-humanos éticos e aéticos e homens mágicos. Em termos práticos, eles evidenciam como estes personagens contribuem para a formação do grupo que existe hoje, realinhando a estrutura familiar dos dois mundos - presente e passado - nos quais estão simultaneamente interligados.

Estruturalmente, os Apinajé são divididos em duas metades que definem laços relacionais e formas de convivência vigentes e determinantes aqui neste mundo, mas não limitadas apenas a ele, pois se seguem em outro lugar aonde todos irão se encontrar novamente e dar continuidade a uma vida preciosa e perfeita.

Em síntese, se os Apinajé trazem consigo um histórico rígido marcado por diversos confrontos territoriais e culturais com os não-indígenas ao longo de mais de 100 anos e, religiosamente falando, procuram sempre a harmonia com o mundo pós-morte para que na hora da partida estejam prontos, a vida no plano terrestre não é menos cercada de cuidados, de lutas e incertezas que exigem uma constante atenção pela continuidade.

Trajatória e trabalho de campo

Reservo este espaço para uma breve exposição acerca da minha relação com os Apinajé posto que, pela forma de produção deste texto e, sobretudo, pela análise mitológica desenvolvida, vejo a necessidade de justificar minha inserção na comunidade e os papéis que tenho desenvolvido ao longo destes últimos 20 anos na área indígena. A análise que ora realizo, fundamenta-se nos conhecimentos apreendidos nesta relação, e parte da problematização da percepção particular do aumento de casamentos mistos dentro das aldeias, principalmente naquelas aldeias que estão mais acessíveis ao trânsito dos não-indígenas.

A cidade mais próxima da área Apinajé é Tocantinópolis/TO, uma cidade pequena que atualmente conta com 22.845 habitantes³, conforme fonte do (IBGE, 2020). Por meio de agentes sociais da organização religiosa a que estava vinculado, meu primeiro contato foi em 1999 com os moradores da aldeia Mariazinha, uma aldeia vista como aldeia mãe por todos da sociedade, segundo dizem, pelo fato de ter sido onde os primeiros moradores

³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/tocantinopolis.html>.



chegaram às terras tocantinenses em meados do ano de 1831. Este primeiro encontro com a sociedade Apinajé despertou um sentimento sem igual, o coração palpitava, e a vontade de já ficar por ali foi muito grande. O povo Apinajé com toda a sua docilidade e um sorriso fácil no rosto me cativou ainda mais, e mesmo sem saber falar ainda o idioma local, me expressei no português tentando mostrar minha alegria em estar ali com eles.

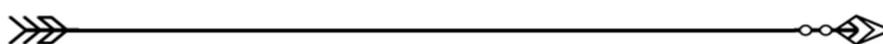
Com base em algumas capacitações sociolinguísticas que recebi, comecei a usar as ferramentas que dispunha para estudar integralmente a cultura e o idioma Apinajé, contudo ainda morava na cidade. Foi assim por um período de um ano, até que comecei a me comunicar com eles em um bom nível de compreensão. Após esse primeiro ano, fomos convidados para morarmos definitivamente na aldeia, e assim fizemos.

Na aldeia, fui chamado para dar aulas na Escola Indígena *Tekator*, escola de alfabetização indígena que, na época, era coordenada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). *Tekator* era o nome do primeiro fundador da aldeia Mariazinha. Ainda hoje permanece assim chamada a escola.

O povo Apinajé é considerado um povo bilíngue, mas a segunda língua, a portuguesa/ nacional, ainda hoje, é pouco empregada por parte dos mais velhos e das crianças. Com esta oportunidade na escola local, consegui ainda mais me aperfeiçoar na comunicação, e pude paralelamente, participar da formação docente de muitos indígenas Apinajé, que atualmente são professores na Escola Indígena *Tekator*.

Como resultado da permanente convivência com eles, uma família me adotou culturalmente como membro dela, e isso acarretou em recebimento de nome e responsabilidades com o grupo. O nome a mim atribuído, e pelo qual fui recebido na comunidade, é *Katàmhti*. Este nome indígena me foi dado em referência ao nome do meu bisavô Apinajé, que foi um guerreiro de grande importância na comunidade. É um nome próprio que determina posição dentro da metade (Sol) em que fui inserido, acerca da qual explanarei mais adiante.

Além da participação na educação indígena juntamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), também ajudava na área de projetos sociais por meio de reuniões com o grupo e, por ter um veículo próprio, fazia viagens para a cidade de Tocantinópolis ajudando no transporte de indígenas com casos mais sérios na área de saúde. Nesse período, todas essas áreas de atuação eram gerenciadas exclusivamente pela FUNAI e, por esse motivo, mantínhamos uma relação institucional muito boa, que ainda permanece.



No ano de 2004, após uma reestruturação no Governo Federal, a educação indígena passou a ser gerenciada pelo Estado, formando assim a Escola Estadual Indígena na aldeia Mariazinha; e a saúde passou para o município, por meio do qual foram firmados contratos com empresas, e atualmente é gerida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Com essa mudança, a FUNAI ficou somente com a fiscalização/monitoramento das terras indígenas.

Em relação a nós, fomos invariavelmente retirados da educação indígena por sermos religiosos, sob a alegação de que não atenderíamos às necessidades do povo, uma vez que poderíamos usar a escola para fins proselitistas. Contudo, mesmo fora da educação de forma direta, o povo ainda continuou nos procurando para reforço escolar e ajuda em casa e seguiram-se normalmente os estudos no idioma, com análises de textos e produção de material didático, constituindo assim um arquivo pessoal rico em informações, os quais, oportunamente, pretendem expor, de acordo com a liderança indígena.

A PESQUISA: PROBLEMA E FUNDAMENTOS

Como o objetivo é analisar o casamento misto, conforme pesquisa qualitativa a seguir, e como isso tem aumentado em número nas comunidades, faço um breve apontamento de obras que se relacionam ao tema entre os Apinajé. Em seguida, retorno ao mito da estrela, que se humaniza e casa com um Apinajé, considerando que tal mito corrobora com a prática do casamento extra grupal ou misto, legitimando-o, apesar de ser aparentemente estranho à lógica das metades tradicionais.

Das 54 aldeias localizadas dentro da área Apinajé, apresento dados que foram coletados, com as devidas autorizações, para que pudéssemos mostrar a disposição das aldeias onde encontramos casos de casamentos mistos. Esta pesquisa surgiu a partir do interesse em mensurar e compreender o aumento de casos de casamentos de mulheres indígenas com homens não-indígenas nas comunidades Apinajé.

Para facilitar o entendimento da tabela abaixo, identifico o não-indígena em referência usando a primeira letra do seu nome. Sigo o mesmo procedimento para os nativos, contudo, para eles acrescento o etnônimo. Assim, **A (Antônio) / C (Carla) Apinajé**, pode ser entendido como: “o esposo não-indígena chamado de “A”, e a esposa indígena chamada de “C Apinajé”. Ressalto ainda que em determinados momentos aparecem **escritos em negrito** os casais que, inversamente, o esposo é que indígena,



mostrando assim a quantidade de casais mistos dentro de cada aldeia, o tempo em que estão casados e os filhos (as) gerados (as).

Tabela 1 – Relação de casais mistos morando na TI Apinajé

Aldeia	Nome do casal	Nº de filhos	Anos de convivência
Barra do dia	➤ JF / M Apinajé	04	15 anos
	➤ R / E Apinajé	05	14 anos
	➤ M / ME Apinajé	01	05 anos
Macaúba	➤ A / R Apinajé	01	04 anos
	➤ A2 / G Apinajé	01	02 anos
	➤ C / S Apinajé	01	13 anos
	➤ F / L Apinajé	08	19 anos
	➤ L / MJ Apinajé	05	20 anos
	➤ A / A Apinajé	01	04 anos
Bonito	➤ J Apinajé / S	Não	01 ano
	➤ M Apinajé / F	Não	01 ano
Girassol	➤ C / E Apinajé	11	30 anos
	➤ G / D Apinajé	05	14 anos
	➤ RN / V Apinajé	03	14 anos
	➤ S / M Apinajé	Não	01 ano
	➤ G Apinajé / VL	01	15 anos
	➤ E Apinajé / E	Não	19 anos
	➤ JC / H Apinajé	09	28 anos
	➤ G / L Apinajé	02	19 anos
Serra Dourada	➤ T / P Apinajé	02	05 anos
Cristo Rei	➤ V / P Apinajé	06	18 anos
Brejão	➤ J / E Apinajé	03	08 anos
Pêhkop	➤ F Apinajé / M	04	30 anos
Riachinho	➤ E / M Apinajé	01	02 anos
	➤ R / V Apinajé	08	10 anos
	➤ L Apinajé / MV	Não	20 anos
	➤ A / L Apinajé	01	02 anos
Aguas Lindas	➤ S Apinajé / L	01	01 ano
	➤ D / L Apinajé	01	01 ano
Cipozal	➤ M / M Apinajé	01	02 anos
	➤ B / E Apinajé	Não	04 anos
Prata	➤ D / MF Apinajé	01	05 anos
	➤ AC / MA Apinajé	01	06 anos
	➤ L / M Apinajé	01	04 anos
Jacaré	➤ N / I Apinajé	01	03 anos
	➤ J / M Apinajé	01	02 anos
Cocalinho	➤ AV / L Apinajé	06	20 anos
Mata verde	➤ M / R Apinajé	03	14 anos
	➤ N / P Apinajé	04	13 anos
São José	➤ M / G Apinajé	01	02 anos
	➤ T / GS Apinajé	Não	05 anos



Mariazinha	➤ J / JC Apinajé	09	35 anos
	➤ R / SI Apinajé	04	15 anos
	➤ RS / SH Apinajé	Não	21 anos
	➤ C / J Apinajé	04	09 anos
	➤ M / MC Apinajé	08	20 anos
	➤ H / AJ Apinajé	02	05 anos
	➤ JN / MF Apinajé	03	10 anos
	➤ G / M Apinajé	07	25 anos
	➤ RO / R Apinajé	02	05 anos
	➤ P / E Apinajé	Não	05 anos
Divisa	➤ C / I Apinajé	07	30 anos
Boa Esperança	➤ R / SI Apinajé	02	08 anos
	➤ J / DS Apinajé	04	15 anos
Botica	➤ P / SH Apinajé	04	08 anos

Fonte: Autor, 2020.

Com base nos dados relacionados no quadro, percebe-se que os relacionamentos mistos de maior relevância estão concentrados nas relações que envolvem mulher indígena com o homem não-indígena. Sendo assim, os casamentos registrados no gráfico são casamentos extra grupais/ mistos, fazendo com que a inserção do não-indígena no grupo e, conseqüentemente, na área Apinajé, fique em franco aumento.

No gráfico abaixo, agrupo os casais por tempo de união para percepção de que as faixas mais recentes apresentam aumento em seqüência (exceto a segunda faixa, de 6 a 10 anos), com destaque para a faixa de casais com menos de cinco anos de união.

Tabela 2 – Número de casais agrupados por período.

Número de casais	Tempo de casados
23 casais	0 a 5
Número de casais	Tempo de casados
07 casais	6 a 10
Número de casais	Tempo de casados
10 casais	11 a 15
Número de casais	Tempo de casados
08 casais	16 a 20
Número de casais	Tempo de casados
07 casais	+ 20

Fonte: Autor, 2020.

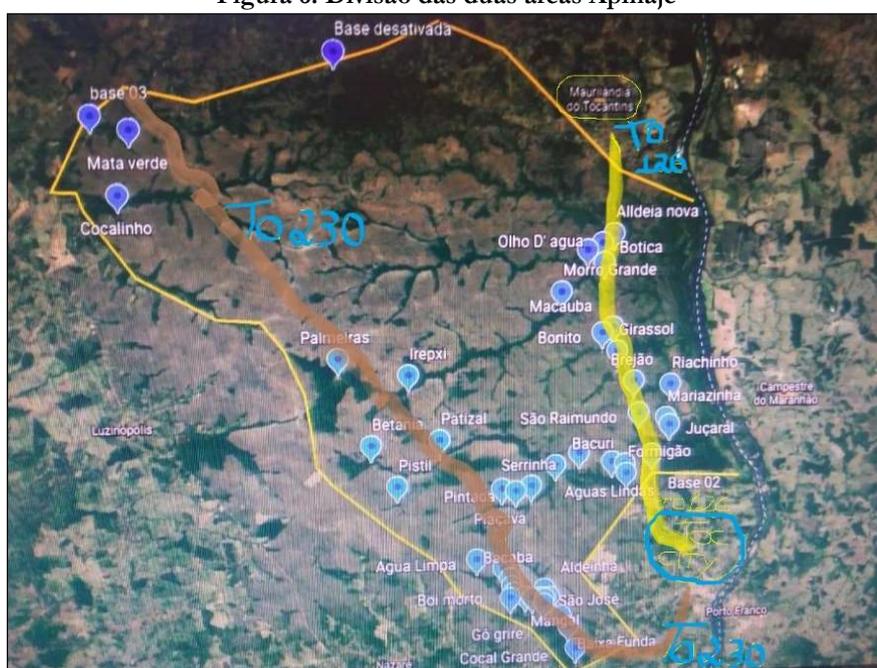
Os dados mostram que até o ano de 2000 tínhamos somente 07 casais mistos morando em toda a extensão da Terra Indígena Apinajé. Nessa oportunidade, a sociedade Apinajé mantinha forte sua tradição de agricultores, caçadores e coletores de frutos. A partir de 2001, percebe-se o aumento de não-indígenas interessados em agregar-se à



sociedade local, e vale ressaltar que a partir de 2015, o ápice desse fenômeno, computou-se 23 casais mistos habitando nas aldeias. Observe-se ainda que destes casamentos citados, somente 07 casais têm como diferencial o fato de que quem escolheu seu cônjuge estrangeiro foi o homem indígena, ou seja, casamento composto de homem-indígena + mulher não-indígena.

Quais motivos justificariam os números destas tabelas? Dentre outras possibilidades, elenco aqui o fato de que nos últimos 20 anos, os Apinajé passaram a usufruir de benefícios sociais. Com isso, as comunidades passaram a ter acesso maior ao mercado e maior interação e fluxo com a população do entorno. Corroborando com esta suspeita, outra informação de relevância é que as aldeias com maiores concentrações de não-indígenas estão sob a jurisdição da aldeia-mãe Mariazinha, no eixo da TO 126. Estas somam um total de 15 das 20 aldeias aqui citadas no gráfico das aldeias com casamentos mistos, sendo: Barra do dia, Macaúba, Bonito, Girassol, Serra Dourada, Cristo Rei, Brejão, Pehkôp, Riachinho, Águas Lindas, Cipozal, Mariazinha, Divisa, Boa Esperança e Botica. As outras 05 aldeias mencionadas ficam do lado oposto da área Apinajé, localizada no eixo da TO 230.

Figura 6. Divisão das duas áreas Apinajé



Fonte: Google Earth, 2020 (grifo do autor)

Conforme mapa acima, a área Apinajé cortada pela rodovia TO 126, que liga a cidade de Tocantinópolis ao chamado Bico do Papagaio-TO, é o percurso em que



encontramos algumas aldeias, dentre elas a aldeia-mãe Mariazinha. O trânsito nessa rodovia é intenso por parte dos não-indígenas. Já nas aldeias jurisdicionadas pela Aldeia-mãe São José, a área é cortada pela rodovia TO 230, onde somente os indígenas transitam.

O número de aldeias jurisdicionadas pela aldeia-mãe São José é de 37 aldeias, sendo que em apenas 05 aldeias encontramos casamentos mistos, restando então, um total de 32 aldeias que vivem exclusivamente com o modelo de casamento baseado no sistema de “amizade formal”, como é apresentado por Da Matta (1976, p. 104) sobre o “O mundo dividido”, as duas metades do povo Apinajé. Nestas aldeias mais próximas da aldeia São José, geograficamente mais afastadas do centro urbano, as relações de parentesco tradicionais são mais observadas.

Assim, o fluxo na TO 126 e a proximidade daquelas aldeias da cidade de Tocantinópolis–TO contribuem para compreender a ocorrência crescente de casamentos mistos nestas aldeias. Tocantinópolis é a cidade onde os indígenas vão receber os benefícios sociais, tendo acesso fácil e sem restrição. Do mesmo modo, reciprocamente, em várias ocasiões festivas (futebol, festas de forró, aniversários e outros) muitos não-indígenas vão às aldeias para interagir, e acabam se envolvendo com as moças Apinajé.

Assim, além da proximidade da cidade, há de se ressaltar, como já colocado acima, que o aumento do contato também pode ser devido ao fato de que muitos jovens, hoje em dia, possuem acesso a renda monetária através de benefícios como bolsa família, auxílio maternidade e aposentadorias dos pais, dentre outras fontes, fazendo com que rapazes não-indígenas sejam atraídos por aquilo que podem vender ou adquirir nas aldeias, além de algumas vantagens da vida nelas.

Faço menção do fato de que, os Apinajés mais antigos demonstram certa preocupação com essa incidência dos não-indígenas na sociedade através dos casamentos mistos. Na aldeia Mariazinha foi-me dito: “Isso está enfraquecendo nossa cultura, pois não estamos tendo mais Apinajé puros de sangue”. Do mesmo modo, na aldeia Cipozal, uma senhora indígena já avó relatou-me: “Esses mais novos, só pensam em dinheiro, por isso, os homens da cidade vem pra aldeia e ficam com nossas moças, porque eles sabem que temos esses benefícios”. Em outro momento, outra senhora da mesma aldeia disse-me:

As moças da aldeia ficam conhecendo esses rapazes que vem da cidade e elas pensam que eles têm dinheiro, e por isso acabam ficando com eles. Eles trazem presentes no começo, mas depois não têm mais dinheiro, e ai vão depender das coisas que temos na aldeia (ID Apinajé, 2021).



Estes são alguns relatos ouvidos, no dia a dia, nas aldeias, que apresento aqui como interpretação popular nativa dos casamentos mistos. De uma década para cá, o aumento dessa alteridade matrimonial cresceu muito, e com isso é perceptível nas falas dos mais velhos a preocupação com um enfraquecimento das tradições, inclusive do sistema cosmológico.

O CASAMENTO NA CULTURA APINAJÉ

Para avançar na abordagem do casamento misto entre os Apinajé, necessário é rever primeiro o que já foi discutido por pesquisadores que analisaram esta etnia, tendo sido, inclusive, o casamento, um dos temas observados.

Nimuendajú (1983) trouxe uma etnografia rica da origem do povo Apinajé, bem como sua relação com esses seres mitológicos. Ele falou sobre questões familiares de relacionamentos matrimoniais, noivado e casamento, abordando a forma como ocorrem e como isso está interligado ao controle social desta sociedade.

DaMatta (1976) descreveu os Apinajé e suas relações cerimoniais partindo do princípio do dualismo das metades do *Sol* e da *Lua* (*katàm* e *wanbmê*), mito que será abordado adiante. Ele entende que todos os Apinajé pertencem a um desses dois grupos/metades. Por estas são conferidos os nomes dos indivíduos e há uma relação de interdependência, pois um grupo não pode existir sem o outro.

Embora se perceba uma hierarquização com proeminência sociopolítica do grupo que descende do Sol na relação, há prioridades dos rituais conferidas ao grupo da Lua. Conforme sua análise, as duas metades ficam assim representadas: Sol e Lua; líder e seguidores. Ele fala também sobre as fases de iniciação dos jovens nesse universo de “amizade formalizada” – noção a que retornarei a seguir -, retratando as normas de conduta de cada metade e a sua estrutura social.

Oliveira (1930) também traz um breve relato do formato do casamento dentro dessa sociedade. Primeiramente, fala sobre a escolha do noivo e do casamento e, em seguida, fala sobre o mito do casamento de um ancestral Apinajé com uma mulher que veio do céu, isto é, uma estrela que se humanizou para se relacionar e viver na aldeia, mito este que é mencionado por outros autores, e ao qual também recorrerei como embasamento ao abordar o casamento misto.

Rocha (2001) aborda o assunto do ciclo de vida dos Apinajé e, em uma parte do seu



trabalho, fala acerca do casamento e seu cerimonial, ou seja, a forma e os preparativos tradicionais da festa. O casamento é valorizado como uma relação na qual homens e mulheres tem a possibilidade de se completarem, através de um acordo de solidariedade mútua.

Rocha (2012) cita algumas mulheres falando de outras aldeias onde moram vários não-indígenas casados com mulheres Apinajé. Ela apresenta alguns relatos de mulheres indígenas dizendo que, as índias que estão se casando com não-indígenas estão se transformando em não-indígenas em seus modos de vida, e, que casar-se com não-indígena faz perder o sangue e a língua. Ela finaliza dizendo que os “Apinajé não estão virando não-indígenas, mas que estão a cada dia na convivência da fronteira entre o chamado ‘tempo primeiro’ e o ‘tempo de agora’” (ROCHA, 2012, p.307).

Do mesmo modo, Geraldin (2000) aborda o casamento dentro de uma perspectiva já levantado por DaMatta (1976), que é por meio do sistema da “amizade formal”, recurso este que possibilita à sociedade Apinajé criar os laços de relacionamento de convivência entre as metades. Ele diz ainda que, esse sistema de casamento é uma forma de impedir os casamentos indesejados. Assim sendo, as duas metades são detentoras dos arranjos que conferem aos indivíduos as relações culturalmente pretendidas.

Dentro desse panorama de abordagens das relações matrimoniais, parece que para os autores, tudo gira em torno de um parentesco comum ligado ao que se chama de “amizade formal” entre as metades, e o que estiver fora deste círculo de interação pode ser considerado como quebra do modelo tradicional de relação social.

Para melhor compreensão sobre essa “amizade formal”, retorno à análise feita por DaMatta (1976), que segundo ele, parte do princípio da relação entre o Sol e a Lua, que são os criadores da humanidade, e a sociabilidade ou a forma de viver Apinajé, baseia-se nas relações entre um e outro.

A alteridade presente desde o início da criação do mundo serve para indicar que o diferente é visto como elemento necessário para a construção do social, sendo que, ambos, o Sol e a Lua, desde o princípio são marcados pela relação de amizade formal e criam a possibilidade lógica para relacionar-se com o povo Apinajé. Porém, se os dois criadores fossem iguais, as relações entre o povo também seriam iguais, gerando a possibilidade de incesto.

É por estarem ligados aos seus criadores que a amizade formal pode ser considerada como um padrão aceitável de alteridade, dando sentido às relações



matrimoniais. A lógica do modelo social Apinajé é atualizada no seu sistema de metades cerimoniais, obedecendo aos princípios que foram estabelecidos através das mesmas, ou seja, que as relações são oficializadas a partir de um Apinajé que mora na parte de cima da aldeia (onde o sol nasce) e outro que mora na parte de baixo da aldeia (onde o sol se põe), assim representadas pelo Sol e Lua, pois é como estão distribuídas as duas metades.

Uma forma de lembrar isso acontece durante a entrega dos enfeites por parte de um homem e seus filhos ao amigo formal. Este ato pode ser interpretado como uma ritualização das ações mitológicas em referência ao Sol e à Lua. Numa amizade formal, a avó representa o Sol, enquanto o outro, a pessoa que recebe o presente, representa a Lua, reafirmando assim as relações míticas do princípio pela exogamia nas metades. Por isso os filhos e filhas do Sol devem casar-se com os filhos e filhas da Lua.

RELAÇÃO DAS METADES APINAJÉ

Para os Apinajé, dois grupos definem a vida cotidiana: a família nuclear (composta por marido, mulher e filhos) e a família extensa uxorilocal (composta por um casal, os maridos e os filhos de suas filhas). Segundo DaMatta (1976, p. 68), “embora haja casas sem famílias extensas, não há casa sem que haja pelo menos uma família nuclear. Consequentemente, homens e mulheres solteiros não têm o direito de construir casas para si próprios”.

A família nuclear é a unidade básica de reprodução e produção entre os Apinajé e, assim sendo, tem direito de usufruto sobre uma parte da terra, normalmente preparada e cultivada pelo marido e pela mulher, visando o sustento dos filhos. Contudo, tanto na Aldeia São José, quanto na Aldeia Mariazinha existem mais casas ocupadas por famílias extensas do que por famílias nucleares. Para DaMatta (1976, p. 95), “a base da composição da família extensa é a residência uxorilocal para os homens, os quais deixam seus lugares em sua família nuclear para os maridos de suas irmãs”.

Deste modo, enquanto a família nuclear é um grupo em que pai, mãe e filhos se ligam uns aos outros de modo simétrico e complementar, na família extensa, o lado feminino é básico, pois é em volta dos laços mãe-filha que o grupo se constitui.

O sistema social Apinajé “é dividido em dois campos complementares: o campo das relações domésticas (que unem os seus familiares) e o campo das relações sociais ou cerimoniais (obrigações rituais e políticas relacionadas à comunidade)” (DAMATTA, 1976,



p. 95). Na vida cotidiana, esses dois campos se dividem explicitamente, portanto, a concepção desses campos como domínios divididos e separados é fundamental para a interpretação do mundo social Apinajé.

De acordo com DaMatta (1976, p. 104), “a divisão *myyti (sol)* e *mytwryyre (lua)* realinha a organização social em termos de princípios que atravessam toda a sociedade Apinajé, e assim levam a orientação dos seus membros para as dimensões mais universais e coletivas do sistema”. Em outras palavras, existem dois coletivos aqui representados como metades que se unem numa dimensão histórica produzindo um resultado de boa convivência, apesar das diferenças entre atribuições do que uma metade faz e o que o outro deve fazer. Exemplos da diversidade de atribuições nas relações veem-se claramente nas trocas de presentes entre os amigos formais.

Um fator importante dentro deste regulador social de parentesco é que o homem pode pertencer às duas metades, uma vez que ele sai de sua família nuclear para se juntar a uma família extensa de outra metade, e uma vez inserido em outra metade, ele também recebe outra nomenclatura dentro da terminologia.

Neste mecanismo de regulação social é que encontramos a amizade formal, conforme já mencionada anteriormente, como preponderante nos arranjos do casamento étnico quando um parente do noivo de uma metade tem a obrigação de levar presentes para o parente da noiva – o amigo formal - da outra metade, como forma de reverência e reconhecimento.

Tendo em vista o aumento das relações mistas entre os Apinajé, segundo os mais velhos, a série de obrigações que se seguem e dão sentido às relações entre amigos formais ficam comprometidas. Quando os laços matrimoniais são alterados, ou seja, quando um mais velho, no caso a avó paterna e/ou a avó materna, não são diretamente ligadas a uma metade da cosmologia Apinajé, o processo de troca tradicional de presentes e arranjos não é realizado como o esperado, pelo fato de que o não-indígena está socialmente “sozinho”, sem vínculo ancestral com o grupo.

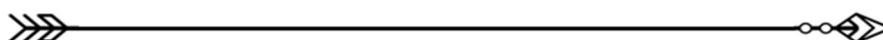
Ao contrário dos mais velhos, os mais novos estão mais abertos a essa nova realidade de vida, pois, quando um não-indígena é inserido na sociedade Apinajé, ele também traz consigo toda a estrutura social do seu universo, surgindo, conseqüentemente, um campo de mediações entre as duas culturas e, de alguma forma, construindo uma nova roupagem de convivência entre os membros destas sociedades.



As metades mencionadas são formadas a partir de um parentesco mitológico, fazendo com que seus membros definam sua posição no universo cosmológico. Contudo, mesmo nessa mitologia é possível perceber a referência da “abertura ao outro”, refiro-me a um mito em que uma estrela desce à terra e se transforma em uma mulher, passando a ensinar ao povo outros modos de sobrevivência, redirecionando a sociedade, no que e quem pode fazer o quê. Assim, esta personagem traz consigo uma transformação aceitável para a sociedade.

O mito descrito a seguir está baseado na obra de Nimuendajú (1983). Trata-se do mito sobre o casamento de um homem Apinajé com uma estrela (kanhêhti) que se transforma em mulher.

Apinajé	Português
<p>Mo arĩngro hã nhũm Apinajé myaja pê hprõ ty, Hãmri nhũm Apinajé pê já omnuj tỳx nẽ nhũm haxwỳja mããnẽm my pê hprõ ty hxwya kaprĩm tỳx nẽ hãmri na hte ri pa hkrĩ kamã pa</p>	<p>Certo dia um homem Apinajé ficou viúvo e isso foi horrível para aquela sociedade, pois o viúvo passou a viver isolado e muito triste pelos cantos da aldeia, triste por sua falecida esposa.</p>
<p>Hãmri nẽ hpãnhã myja na krã kĩmja jakà kêt nhũm apjê rax nẽ na hte apkatim mẽ katorxà nhõrkwỳr pu ixkwỳ nhũm mẽ omunh kêt nhũm hte ixkwỳ nẽ kaxkwa pumu ho ixkwỳ</p>	<p>Ele deixou o cabelo crescer e sempre costumava deitar-se na parte detrás da casa de sua mãe, onde ninguém o visse, e ali ficava observando o céu.</p>
<p>Mo arĩngro hã nhũm kãm kanhêhtija hkĩnh kato hãmri nẽ wa amẽ kãm axpẽm hkĩnh</p>	<p>Com o tempo, começou a admirar uma estrela que se destacava no céu, e foi assim, então, que eles se apaixonaram.</p>
<p>Nhũm ra kamàt hõhã nhũm kanhêhtija kaxkwa rũm hwỳr hwỳrk hãmri nẽ Apinajé myja mẽ wa axpẽm pumu hãmri nhũm kanhêhtija kamàt mẽ kaxkwa rũm hwỳrk o kuhê nhũm hte arĩngro nhũm hte akupỳm kaxkwa hwỳr àpir o kuhê</p>	<p>Aquela estrela desceu em uma daquelas noites e teve um encontro com ele, e assim, por longo tempo eles se encontravam, e depois do encontro ela sempre retornava para o céu ao amanhecer.</p>
<p>Na hte kanhêhtija kaxkwa rũm hwỳrk nẽ amnhĩ hkõt kawà kamã mẽõ pa na hte mõp nẽ zàt mẽ hkõt kur kaxyw . Mo na hte muja hkwyjê kutã apkur kêt nẽ nẽ ãm kaprĩm tỳx nẽ pa rãhãã nẽ</p>	<p>Sempre que descia, ela trazia uma cesta com inhame e batatas, para ele comer, tendo em vista que ele estava desiludido e não queria nem comer com seu povo.</p>



Amnêpēm na pre hte mẽ Apinajéjaja pur jaxwÿr kêt nê na pre hte ã mẽ akunĩ kamã mry kur o pa nê kaxyw pÿjapôk kur o pa na hte nê ã apkur anhÿr pa rÿy nê hãmri pÿjapôk ja na xwÿnhgra hta pyrák.

Hãmri Apianjé myja kãm kanhêhtija kaxkwa hwÿr awjanã hprãm kêt jakamã nhũm pre kanhêhtija my nê guhkõnh kamã hkuxà hãmri nhõrkwÿr kre kamã itom kaxwÿnh kãm hã

Mo arĩngro hã nhũm Apinajéjaja hkĩnh ho krax nê gáp hgwra ho hprõt o xa hãmri nhũm Apinajéja myja ma mẽ gáp hwÿr tẽ nhũm htõja arĩ nê ma htõ nhõrkwÿr hwÿr tẽ nê orkwÿr kre kamã guhkõnh pumu nê itom mẽ nê kamã kanhêhtija pumu

Hãmri kanhêhtija htõ amaxpêr nê hKot ho kuhê xwÿnhhta ã kamnĩx nê kanhmã arĩ nê kãm akunha no ãm na hkõt kuhê xwÿnhhta kêt jakamã nhũm omu nê hpijããm tÿx nê hapar mã hkrã.

Hãmri Apianjéjê piitã hãmri nê hKot amnhĩnhĩpêx hkõt omu hKot õrkwÿr kamã kanhêhti ho pĩnxur o pa hKot nhũm mẽ piitã kanhêhtija pumu nê kanhêhtija na muuxre

Mo arĩngro hã kanhêhtija mẽ upãmgêx mã gój ma tẽ nê hxwa hãmri nhũm kanhêhtija nhĩhtija hã amnhĩ jahkre nê upãmgêx nhÿhkre ã arĩ nê ajêt hãmri nê upãmgêx amnhĩ nê awrÿ hã kumê

Os índios naquele tempo ainda não tinham plantações, eles só comiam a carne com “pau podre” que era a farinha.

Foi assim por algum tempo, e para que ela não precisasse mais voltar para o céu, aquele Apinajé pegou a estrela-mulher e a colocava dentro de uma cabaça, pendurando-a dentro de seu quarto quando ia à aldeia.

Certo dia quando acontecia uma corrida de tora na aldeia, todos estavam reunidos no pátio, e foi, então, que seu irmão mais novo, já desconfiado, esperou que ele saísse e foi até o quarto onde estava a cabaça. Ele abriu a tampa da cabaça e viu aquela mulher.

Ela, pensando que era seu companheiro, abriu um sorriso imediato, mas quando viu que não era, ficou toda envergonhada. Os outros Apinajés começaram a desconfiar do comportamento dele também, e logo todos descobriram a mulher que estava dentro da cabaça. Ela era muito bonita.

Não tendo mais como esconder a situação, oficializaram o casamento, e assim, o Apinajé e a estrela-mulher passaram a viver juntos, casados.

Um dia essa mulher foi até ao rio se banhar com a sogra, e logo que chegaram, ela se transformou em uma pequena mucura e saltou no ombro da velha, que a jogou para o lado. Saltou outra vez e a sogra a jogou de lado.



Hāmri nhīhtija axte upāmgêx nhỹhkre ã arĩ nhũm upāmgêx axte amnhĩ nê awrỹ hã kumê hāmri nê axte nhīhtija nhỹhkre ã arĩ hāmri nê upāmgêx mã hkapêr nê kãm pa ãm ixte amã mẽmoj jarênh mã. Hāmri nê mũj gôx kãm na pãhỹ pãr hã pãhỹ rax nê . Pahỹ mũj hkot kaj hāmri hpãnhã mẽ kur apa nê axte pĩjahpôk kur kêt nê

Nhũm nhīhtija pãhỹ pãr ho api nê õ hta nê kãm kumê hkôt omunh kaxyw hāmri nê hpãnhã akupỹm nija amnhĩjahkre hāmri nê pãhỹja ho akuprô nê ma hkrĩ ma mō na wa hkrĩ hpôj hāmri nê upāmgêx mã pãhỹ kupu jakre

Hāmri na Apinajéja pãhỹ pix kur o pa . hāmri nê krĩ kamã ho mẽ pa xwỹnhjê piitã pãhỹ kur o pa.

Kanhêhtija kêp ni muuxreja hāmri nê apinajéjê pumu nê hkot amnhĩnhípêx o pa nê kot axte mẽõ hã omunh kêt ã mry nê pĩjahpôk pix ku hāmri nhũm kanhêhti pê nija mẽ kãm mẽ hkot pur nhípêx jakre mẽ kot kamã pãhỹ nê katêre nê harôj kêp mẽmoj hy piitã hkre kaxyw

Mo arĩngro hã kanhêhti nija upāmgêx mã kot xwỹhkupu nhípêx jakre hāmri nhũm mẽõja mex o mex mẽ hkinh ã mẽ hipêx o kur kaxyw mẽ kot axpêm mã wa arer nhũm arĩngro hã na mẽ kot mẽõja nhípêx nê kur kaxyw

Ỗ, Hāmri nê mẽ arĩngro xôõhto mẽ apê hiropê nhũm Apinajé myaja hpĩngêx nê ty hāmri nhũm kanhêhti nija kãm ja par hprãm kêt jakamã mã akupỹm kaxkwa hwỹr o api nê jarahã

Quando saltou pela terceira vez, disse que tinha uma coisa para contar a ela e chamou a atenção da sogra para uma planta à beira do rio, que estava carregada de espigas de milho, de todas as qualidades, e explicou que era isto que os índios deviam comer dali por diante em lugar de pau podre.

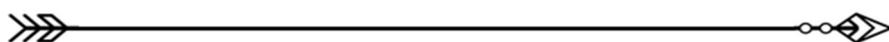
Outra vez transformada em mucura, subiu e derrubou uma porção de espigas. Depois que tomou outra vez a forma humana, juntou as espigas e as levou para aldeia. Lá na aldeia ensinou a sogra a fazer bolo de milho.

Ali começaram a comer a nova comida e deram para todos da aldeia.

Essa estrela, que agora era uma linda mulher, vendo a situação de como o povo vivia, ou seja, eles não conheciam outros alimentos a não ser a carne de caça e o pau podre que comiam, ela, então, começou a ensiná-los a fazer roças, plantando milho, abóbora, arroz e feijão.

Um dia, essa mulher ensinou a sua sogra a fazer um belo bolo de macaxeira, o que até hoje é chamado de bolo grande, (xwỹhkupu) comida típica para grandes eventos, inclusive para cerimônias de casamento.

Depois de alguns anos de convivência com esse Apinajé, ele ficou velho e morreu, e foi assim que esta estrela, não tendo mais motivo para ficar aqui, voltou para o céu e



<p>na kanhêhti nija kaxkwa kamã kanhêhti hkwÿjê kurôm hirã rax o arĩ .</p>	<p>até hoje brilha de forma diferente em relação às outras.</p>
---	---

Seria possível olhar para o mito da estrela como uma “abertura ao outro” nos termos de Lévi-Strauss (1993)? Se na relação entre as metades já há uma relação com o outro, o mito da estrela parece apontar para uma abertura ainda mais ampla, pois esta personagem de múltiplas formas (aparece como estrela, mulher, mucura e rã, na versão de Nimuendajú [1983]), como uma mulher “clara”, não tem origem nas metades constituintes.

“Abertura ao outro” é uma expressão para se referir à especificidade dos povos ameríndios de integrarem prontamente o outro, neste caso, a inclusão do europeu à sua mitologia por ocasião do encontro no século XVI. A partir da análise e da comparação de mitos destes com os de outros povos, Lévi-Strauss (1993) aponta o pensamento mitológico ameríndio como divergente dos demais por refletir um dualismo em perpétuo desequilíbrio para explicar o mundo. A alternância de suas atuações expõe uma assimetria. Neste cenário, o branco, enquanto o outro do indígena é mitologicamente assimilável, pois mesmo antes de ser conhecido e posto em interação, haveria um espaço reservado para ele na própria mitologia nativa.

Pensando assim, uma cultura indígena seria passível de transformações e relocalizações sociais aceitáveis, pois ao apresentar em si uma abertura considerada para o outro, a alteridade não é vista como ameaça ou incompatível, antes, desta aproximação surgem novos conhecimentos, como no mito da estrela, o conhecimento do milho e da sua utilidade na alimentação do povo. Assim, não seria um erro pensar, então, que os Apinajé também, pelo recurso da “abertura ao outro”, vejam o casamento misto como uma atualização ou transformação social.

Entretanto, esse fator que corresponde aos não-indígenas constituindo matrimônio com as indígenas Apinajé, pode parecer, aos olhos dos mais velhos, uma forma agressiva de mudança cultural, fazendo com que se rompa a estrutura de parentesco tradicional. Porém, é possível em algum momento, que alguma coisa seja alterada ou até acrescida nessa estrutura. Parte-se, assim, para uma discussão no campo das questões identitárias, e como os filhos destes casais podem trazer consigo variáveis das formas de práticas de vida e de convivência na sociedade Apinajé.

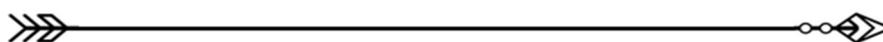


A sociedade vigente, ao longo do tempo, tem adquirido ou aceitado essa forma de transformação, até mesmo pelo fato de que as culturas têm sua liberdade de expressão conforme o seu campo de vivência, ou seja, seria quase impossível manter-se intacta as relações de matrimônio assim como eram há séculos atrás, pois o contexto e, até mesmo a geografia sofreram alterações, basta rever as implicações do êxodo da etnia Apinajé do Sul do Maranhão para as terras ao extremo norte do Tocantins. Também, nesse processo de mudanças territorial e social, podemos observar uma abertura ao outro, pois com a facilidade de acesso dos Apinajé às cidades que circunvizinham o território Apinajé e, do mesmo, o acesso dos não-indígenas, que também transitam dentro do território ao longo de décadas, oportunizaram espaços de transformações social, e, conseqüentemente, novas questões acerca da identidade ao povo.

O que dizer, então, dos desdobramentos e impactos do acesso aos benefícios sociais, da educação indígena gerenciada pelo Estado (por não-indígenas) e realizada por professores não-indígenas atuando na educação formal dentro das aldeias, entre outros fatores? Certamente contribuíram para que mudanças fossem sentidas e aceitas, principalmente pelos mais novos. É possível identificarmos esses pensamentos de conformidade com “O que é novo pode ser aceito”, pelos relatos de algumas indígenas que são casadas com não-indígenas.

Buscando respostas, em minha abordagem de campo, conversei com três mulheres indígenas que são casadas e vivem com não-indígenas na aldeia, num intervalo, entre elas, de 4, 10 e 15 anos de convivência com seu cônjuge. Os relatos apontam para o que menciono acima, ou seja, uma abertura cultural dentro do sistema social Apinajé. A primeira a ser questionada quanto à forma de convivência dos seus filhos dentro da aldeia com os demais indígenas, supostamente “puros” no quesito biológico-ancestral, ela relatou o seguinte:

Meus filhos não sofrem discriminação por parte dos demais parentes do nosso povo. Meus filhos falam a língua materna, brincam com os demais meninos da aldeia, e participam dos cerimoniais, como todas as outras crianças. Teve somente uma ocasião em que meus filhos não participaram de um evento na escola indígena dentro da aldeia, pois meu filho tem o cabelo enrolado e seu rosto não é parecido com as demais crianças, e sendo assim, ao pousarem para tirar uma foto com indígenas na escola, eles ficaram de fora, pois suas características físicas eram diferentes dos demais. Mas eu entendo, pois os não-indígenas da cidade querem índios puros na opinião deles, e não fiquei zangada (SS Apinajé, 2021).



A segunda indígena casada com não-indígena, também ao ser questionada, passou a me relatar o seguinte:

Nunca vi ninguém maltratar meus filhos por serem filhos de não-indígenas. Eles são aceitos normalmente na aldeia, jogam bola, brincam de caçar e outras coisas. Sempre vejo *eles* brincando no pátio, e todos estão felizes. Os meus parentes cuidam deles quando eu preciso sair para algum lugar. Os meus filhos gostam da aldeia. Quando vou *na* cidade para ver a família de meu marido, meus filhos logo falam quando vamos voltar para aldeia. Eu posso dizer que não temos problema por meus filhos serem de não-indígena. Meu marido é bom para mim, e meu povo vê isso. Muitos da aldeia gostam de meu marido também (DS Apinajé, 2021).

A terceira indígena também casada com não-indígena, relatou:

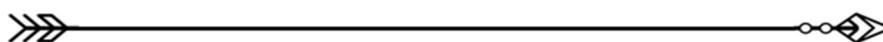
Especificamente em minha aldeia não tenho problema com meus filhos. Vejo *eles* participarem dos eventos com os outros parentes, vão *pro* rio, vão caçar, jogam bola e vejo que eles se gostam. Agora, quando vamos para outra aldeia participar de algum evento cultural nosso, mais especificamente a parte relacionada da São José⁴, o povo nos trata um pouco diferente, por ser casada e ter meus filhos misturados com o não-indígena. Para mim é um pouco difícil, pois se estou na cidade, pessoas ligadas ao meu marido falam de mim e dos meus filhos, que somos indígenas, como forma de desprezo, e se estamos em algumas aldeias falam que não somos mais indígenas puros. Eu fico triste com isso. Meus filhos falam a nossa língua, conhecem histórias do nosso povo, e eles só têm um pai diferente. Eu também estou estudando para entender melhor essa questão da forma de viver na aldeia com outra pessoa de fora (SB Apinajé, 2021).

As narrativas de convivência das mulheres Apinajé com os não-indígenas refletem ajustes e desacertos, visões divergentes do povo acerca da identidade e as percepções delas, como mães e esposas, sobre as implicações da relação com o não indígena. A abertura no contexto cultural local é ambígua, ora vista com naturalidade, ora vista com distinção, mas as falas pouco apontam para transformação cultural em razão do casamento misto.

IMPLICAÇÕES DO CASAMENTO MISTO: IDENTIDADE E MODELOS ESTRUTURAIS EM MUDANÇA

Acerca da identidade, que surge nas falas das interlocutoras, como diz Ciampa (1989), a identidade é entendida como constante modificação, contrapondo-se a concepções que a percebem de modo estático, um conceito descritivo e essencialista, ignorando os problemas de autonomia e autorrealização dos sujeitos que ocorrem na vida

⁴ Aldeias relacionadas sob jurisdição da TO 230 conforme o mapa apresentado no início deste trabalho.



cotidiana. A identidade, em sua obra, é compreendida como uma “metamorfose”, tendo como pano de fundo o “movimento” que caracteriza o sujeito diante das coletividades:

Como processo de metamorfose, como movimento das transformações que vão configurando nossas Identidades, seja como história de vida – um passado que se fez pela minha atividade -, seja como projeto de vida – um futuro a ser buscado a partir do meu desejo -, ou seja, desenvolver a competência de falar e agir com autonomia para falar quem sou e quem gostaria de ser (CIAMPA, 1989).

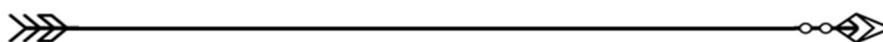
No mesmo sentido, as identidades, mesmo as tradicionais, são vistas por Hall (2006) como “em processo de mudança”, sobretudo pela proximidade delas da modernidade da sociedade nacional e dos deslocamentos que são causados por este encontro:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 07).

Assim, o surgimento e aumento da alteridade matrimonial entre a sociedade Apinajé, que tem acontecido com mais frequência ao longo da última década, como já mencionei, reflete esta discussão moderna acerca das mudanças nas culturas tradicionais em decorrências das diminuições de fronteiras, sejam físicas ou culturais.

A cultura Apinajé na visão dos mais velhos apresenta um forte traço histórico, e vem sofrendo uma reestruturação social, na qual estão sendo sufocados pelo que é novo. Em meio a tudo isso, esses mais velhos relatam que os casamentos mistos, e com filhos, trazem como resultado certo desarranjo de alinhamento na estrutura social, fazendo com que, principalmente, os filhos desses casamentos enfrentem as dúvidas e olhares divergentes de uma “crise de identidade” (HALL, 2006).

Acerca dos modelos estruturais em mudança relatados por esses mais velhos, dizem respeito à desatenção de regras do convívio social. Quando um rapaz retira a moça de dentro da casa da mãe levando-a para outra aldeia, para ali constituírem uma família, esse rapaz deixa de ajudar a família da moça, afetando assim economicamente esta família para a qual é de suma importância que ele seja o provedor da casa, no convívio com a sogra.



Reflete, também, mudança quanto à escolha dos cônjuges, que deixa de ser segundo modelo familiar tradicional, assemelhando-se à decisão nos moldes do individualismo moderno. No passado, dizia-se que era uma decisão exclusiva dos tios/avós, pois são eles quem dão os nomes aos sobrinhos e netos. A mudança alcança o sistema baseado nos laços de amizade entre os *Kràmgêx* e *Pabkràmgêx* (avós e avôs dos noivos) implicando em uma relação de responsabilidades que se manifestam em ocasiões de rituais e cerimônias de casamento e morte.

Ainda, cabe a uma avó (*kràmgêx*) aconselhar o avô (*Pabkràmgêx*) do neto que se casará com a neta dela, e assim fortalecem-se os vínculos de relacionamentos, como se espera de ambos. Isso é feito também em um ritual simbólico durante o casamento, quando a avó vai à casa dos pais do noivo, munida de um facão, um pedaço de pau ou algo com que possa bater na casa, a fim de simular uma agressão física aos pais, caso o noivo se separe de sua esposa. Como se vê, há tradições culturais que não são possíveis nos casamentos mistos e que, ausentes, repercutem nas relações subsequentes entre os Apinajé de gerações diferentes.

Vale ressaltar que essas mudanças, nos casamentos mistos ocorridos no passado, foram menos sentidas e, pela quantidade mínima, não afetavam diretamente as questões ligadas aos laços de amizade de formal, muito importante para essa comunidade. Os filhos que nasceram destes casamentos mistos do passado (que são poucos) foram instruídos e direcionados nas práticas de vida da aldeia, respeitando o sistema de parentesco e mantendo a memória cultural. Estes primeiros filhos são reconhecidos como nativos legítimos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho foi a de relatar e discutir o aumento de casamentos mistos nas aldeias Apinajé. Se para os mais velhos o casamento tradicional é o modo ideal de manter os laços das duas metades, por meio de casamentos entre os amigos formais, em contraste, o pensamento dos mais novos tende ao surgimento de mais e mais casamentos mistos, como percebido nos levantamentos de casais realizados para esta pesquisa.

Diante das considerações acerca dos fatores que viabilizam a relação de jovens Apinajé com jovens não-indígenas do entorno, como facilidades de locomoção, maior acesso a benefícios sociais e os próprios desdobramentos de mudanças decorrentes dos



novos contextos históricos que os jovens vêm passando, pode-se dizer, então, que esse sistema tradicional vem se transformando, sendo confrontado pela escolha individual e motivação sentimental que vem se tornando a justificativa mais utilizada para as uniões conjugais mistas.

Se o mito do Sol e da Lua fundamenta as regras de casamento entre membros das duas metades, o mito da grande estrela, na contramão, parece abrir uma brecha para o entendimento de outro casamento que seja possível e aceitável para a sociedade, sem que haja uma problemática no convívio social entre as metades. A estrela que casa com o viúvo Apinajé fala de uma abertura à alteridade, ao estranho de múltiplas formas, e dessa união, novos saberes foram passados aos antigos.

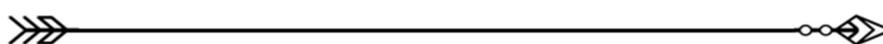
Nos casamentos mistos identificados há mais de 20 anos, pude perceber narrativas de que os filhos dos mesmos são reconhecidos pela sociedade. Já nas narrativas das mães mais jovens, percebe-se maior apreensão quanto a aceitação dos filhos e dos cônjuges não-índios por alguns segmentos.

Não se comprovou como consenso a ideia de que as mulheres indígenas casadas com não-indígenas estariam “virando brancas”. Não pode ser entendida como uma mudança de identidade, no sentido de que elas estariam deixando de ser indígenas, mas, por não seguir o modelo tradicional, o padrão comportamental da nova família mista reflete diferenças.

Mesmo a indígena não se tornando uma “branca”, pelo fato de viver um casamento misto, ela pode viver como uma “não-indígena”, numa “metamorfose” que parece ser caracterizada pelo “movimento” das transformações que vão reconfigurando sua identidade, aproximando-se do outro e de seus modos de vida, idioma, tradições, religião e educação.

Assim, mesmo que os dados colhidos indiquem a existência de um sistema de casamento não prescritivo, mas preferencial, que aponta para a continuidade histórica dos Apinajé, se torna aceitável à sociedade, como “aberta ao outro” nos termos de Lévi-Strauss, podendo ampliar suas relações de convivência e incluir esse outro exótico.

No plano mitológico, a estranha estrela trouxe mudanças que passaram a orientar visões e modos de vida dos antigos. Eles se apropriaram culturalmente destas orientações e, sem deixar de ser Apinajé, modificaram-se. Resta saber agora como os Apinajé atuais processarão a outredade daqui para frente, e diante de tantos avanços e pressões externas aos modos tradicionais que regem a vida na aldeia.



REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (Des) Caminhos da Identidade. **RBCS**, v. 15, n. 42, 2000.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, S. T. M; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, p. 58-75.

CONDE, Alexandre. **Análise do termo de parentesco**. Arquivo interno. Mimeo. 2001.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/tocantinopolis.html>- Acesso 15 nov. 2020

ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/apinaye>- Acesso 15 nov. 2020

DAMATTA, Roberto. **Um Mundo Dividido: A Estrutura Social Dos Apinajés**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GERALDIN, Odair. **Axpên Pyràk: História, Cosmologia e Amizade Formal Apianjé**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Belém: MPEG, 1983.

OLIVEIRA, Carlos. **Os Apinajés do Alto Tocantins**. Museu Nacional do Rio de Janeiro. 1930.

ROCHA, Raquel. **A Questão de Gênero Etnológico Jê: a partir de um estudo sobre os Apinajé - 2001**. 140 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP, 2001.

ROCHA, Raquel Pereira. **O “Tempo do primeiro” e o “tempo de agora”:** Transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé/TO. 2012. 327 f. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, 2012. 176-198, 2014.

